



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: BREVES DISCUSSÕES SOBRE CURRÍCULO, INTERDISCIPLINARIDADE E INTEGRAÇÃO CURRICULAR

Elenice Alves Dias Borges
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Felipe Augusto Fernandes Borges
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Fazemos neste trabalho uma problematização sobre a interdisciplinaridade do currículo e suas ligações com a modalidade EaD, recentemente trazida à tona pela necessidade de formas de ensino remoto emergencial. Com o advento da pandemia da COVID-19, de forma emergencial, o ensino remoto passou a ser utilizado na educação básica devido à necessidade de distanciamento social. Vale ressaltar que o ensino emergencial na pandemia da COVID-19 não é, necessariamente, a modalidade EaD, foi utilizado como recurso para fins emergenciais durante o período atípico no qual o Brasil se encontra devido ao período pandêmico. Autores têm tratado essa situação como uma forma de educação emergencial, como o próprio termo já identifica. Percebeu-se, por meio deste estudo, que há uma grande deficiência, exacerbada no contexto da pandemia, de acesso às tecnologias e internet para alunos da educação básica, sobretudo nas redes públicas de ensino, o que evidenciou diferenças sociais no contexto educacional brasileiro. Vemos que a pandemia aprofundou as diferenças entre estudantes mais ricos e mais pobres, em parte devido à dificuldade de acesso ao ensino remoto, diferentemente da proposta de ensino democrático conhecido e esperado por parte da EaD. Propomos a partir deste texto olhar para a educação básica e suas possibilidades (como o ensino EaD) de forma mais próxima do real ao vê-lo introduzido na realidade da educação básica de forma emergencial. A utilização do recurso de ensino remoto na educação básica brasileira demonstrou as dificuldades e a realidade de muitos brasileiros que são estudantes da rede pública de educação e vivem uma situação muito desigual quando comparados com alunos da mesma fase de estudos, porém de outras classes sociais.

Palavras-chave: Ensino remoto emergencial. Integração curricular. Interdisciplinaridade.

Introdução

O presente texto foi produzido no âmbito das disciplinas “Tópicos Especiais em Assuntos Interdisciplinares” e “Currículo: Fundamentos e Concepções”, cursadas na Especialização em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica do Instituto Federal do Paraná (IFPR).



No processo de ensino-aprendizagem é fundamental entender como este se dará e levar em consideração todas as variantes que o ambiente escolar terá. O que será ensinado? Como isso será feito? Qual quantidade de conteúdo será necessária e o que esperar após a aplicação do mesmo? Essas perguntas devem ser levadas em consideração para que ocorra um processo de ensino aprendizagem adequado às situações adversas que cada ambiente escolar apresenta.

Para tanto, é que são elaborados Currículos, para que o processo de ensino tenha um norteador e uma aplicabilidade adequada ao ambiente escolar, aos conteúdos esperados, às realidades locais. Por essa razão, existem discussões e teorizações sobre o funcionamento e o formato do Currículo. Diversas teorias a respeito do Currículo foram desenvolvidas ao longo do tempo, posteriormente separadas e identificadas como “tradicionais”, “críticas” e “pós-críticas” (SILVA, 2010). Tais teorias foram elaboradas e pensadas diferentes tempos e sob diferentes enfoques, formando uma discussão acadêmica sobre o que é, para que serve e como se deve proceder a elaboração e aplicação de um Currículo.

Além da discussão sobre o que é e como se aplica o Currículo no ensino, existe outra discussão importante sobre a interdisciplinarização do mesmo. Nesse sentido, é que fazemos neste trabalho uma problematização sobre a interdisciplinaridade do currículo e suas ligações com a modalidade EaD, recentemente trazida à tona fortemente, pela necessidade de formas de ensino remoto emergencial.

A Educação à Distância (EaD) é uma modalidade de ensino que segundo o DCN da Educação Básica tem por característica a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino-aprendizagem por meio da utilização de ferramentas tecnológicas de informação e comunicação, de modo que professores e alunos possam desenvolver atividades em diversos espaços e diferentes tempos (BRASIL, 2013).

Diferentes autores defendem a EaD como uma modalidade que possibilita a democratização do ensino (BORGES, 2015). No ensino superior, essa modalidade tem ganhado força pela possibilidade de o docente não necessitar fazer um deslocamento até a instituição com a frequência do ensino presencial.



A democratização ou não do ensino através da modalidade EaD é tema de debates tendo muitos argumentos por todas as partes. Tanto dos que defendem o ensino EaD quanto dos que alegam que ele ainda não tem um alcance satisfatório em seu objetivo (BORGES, 2015).

Outra preocupação, além da democratização do ensino, é a qualidade do ensino ofertado. Juntamente com essa preocupação, há também a ponderação sobre a mercantilização do ensino e o consequente esvaziamento de conteúdos e baixa na qualidade dos cursos ofertados nesta modalidade.

As ponderações supracitadas levam ao questionamento: O ensino EaD é realmente efetivo? Ele cumpre com o objetivo de democratizar o ensino? Como tornar a EaD uma ferramenta interdisciplinar? Tais questões vieram à tona recentemente, pela necessidade de meio de ensino remoto em meio à pandemia da COVID-19. São reflexões neste sentido que fazemos à frente.

EaD como modalidade de Ensino

O Ensino EaD se encaixa no quesito Modalidade de ensino assim como a Educação do Campo, Quilombola, Indígena e outras. Em geral, esta modalidade tem sido aplicada com grande ênfase na Educação Superior, mas não necessariamente deve ser utilizada apenas nesta etapa do ensino.

Reconhecemos que existem muitas localidades no país que necessitam de melhores condições para a educação e, conseqüentemente, diferentes formas de tratar o ensino.

A EaD tem seu início, no Brasil, segundo alguns autores como Vianney (2003) e Costa (2012), entre 1904 e 1923 respectivamente segundo cada autor, ou seja, não há um exato consenso sobre a data. Entretanto podemos afirmar que não se iniciou com os recentes cursos de graduação e pós-graduação à distância, nem com o ensino remoto adotado emergencialmente devido à pandemia que se iniciou em 2020 no Brasil (BORGES, 2015).

Quando falamos em ensino EaD, somos levados a considerar que necessariamente precisa ser conduzido através do uso de computadores, aulas gravadas e AVA's (Ambientes Virtuais de Aprendizagem). Contudo, é possível perceber que o início da EaD



se deu, por exemplo, através do uso de radiodifusão, dos cursos por correspondência ou dos telecursos (no ensino profissional). O fato é que a EaD não é uma novidade que surgiu a pouco tempo, tampouco podemos vaticiná-la automaticamente como uma modalidade de ensino negativa e pouco efetiva (BORGES, 2015).

O ensino remoto na pandemia de 2020

Com o advento da pandemia da COVID-19, de forma emergencial o ensino remoto passou a ser utilizado na educação básica devido à necessidade de distanciamento. Redes municipais e estaduais estão utilizando o modelo à distância para dar continuidade na aplicação de conteúdo. Entretanto, ao adotar tais medidas dificuldades apareceram e a democratização do ensino à distância se transformou em diferenciação ou até mesmo elitização no ensino básico.

Vale ressaltar, entretanto, que o ensino emergencial na pandemia da COVID-19 não é, necessariamente, a modalidade EaD. Autores têm tratado essa situação como uma forma de educação emergencial, como o próprio termo já coloca. É inevitável a comparação com a modalidade EaD, mas orientações específicas para ensino remoto emergencial têm sido elaboradas por diferentes autores, o que mostra se tratarem de coisas distintas (GARCIA et. al., 2020; RONDINI; PEDRO e DUARTE, 2020).

A democratização do ensino não parece ter chegado até a educação básica no ensino remoto. A Organização Todos pela Educação (2020) emitiu uma nota técnica a respeito do ensino à distância na educação básica para o contexto de pandemia. Neste documento é enfatizado o acesso dos brasileiros às ferramentas de comunicação. Assim, vemos que 67% dos lares brasileiros possuem acesso à internet e 93% acessam a internet por meio do celular. Porém, o documento não informa quantos aparelhos são disponíveis nos lares para cada pessoa e nem quantas pessoas precisam usar esses aparelhos.

Essas variáveis precisam ser consideradas pois, o fato de haver ou não internet não é a única preocupação que se deve considerar. É preciso se atentar para o fato de muitas pessoas não terem dispositivos suficientes para realizarem suas atividades ou assistirem suas aulas. Adicione-se a isso a consideração a respeito da proficiência no uso dos dispositivos e das plataformas.



Além dessa preocupação, é preciso considerar que vários lares brasileiros possuem localizações em que não se consegue ter acesso à internet nem mesmo pelo celular. Ainda que o Ministério da Educação tenha criado medidas como a distribuição de chips de celular para alunos em situação de vulnerabilidade (FERREIRA, 2020), não há certeza de que esse aluno terá acesso integral ao conteúdo devido a qualidade da internet.

O fato é que o contexto de pandemia escancarou a situação de vários alunos que não tem pleno acesso ao ensino à distância. Mostrou também que ainda não estávamos preparados para o ensino à distância na educação básica em grande escala. Segundo a reportagem de Paula Ferreira do jornal O Globo (2020) e com dados do próprio MEC, cerca de 900 alunos das redes federais estão em situação de vulnerabilidade entre alunos de graduação e educação básica (ensino médio). O próprio Ministro da Educação, Milton Ribeiro, afirmou que a entrega dos chips para que os alunos tivessem acesso aos conteúdos estava atrasada.

Vale ressaltar que esse programa foi criado para alcançar os alunos das redes federais de educação, estando as redes municipais e estaduais a cargo das respectivas prefeituras e governos estaduais, o que pode aumentar a desigualdade entre e cidades e Estados.

A EaD, como já foi comentado acima, é mais comum no ensino superior e em outros tipos de modalidades como Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional. Mas devemos destacar que o artigo 32 da LDB 9394/96 permite o uso da modalidade no ensino fundamental como ferramenta complementar.

A intenção da modalidade EaD, assim como outras modalidades de ensino, é a garantia do direito do estudante ao ensino. Dentro das DCN's, a educação à distância está elencada como uma das modalidades de educação que são direito na educação básica (BRASIL, 2013).

A EaD pode ajudar a garantir que o acesso à educação básica chegue a mais pessoas, independente da sua moradia e do seu contexto profissional. Mas mesmo que existam diretrizes e legislações que garantam o acesso à educação por meio da EaD, é preciso garantir que esse direito chegue até ao aluno.



EaD, interdisciplinaridade e integração curricular

Existem várias ferramentas que podem ser usadas dentro da EaD, como o Google Classroom ou o Moodle, buscadores de periódicos como o Google acadêmico e ambientes de visita virtual como museus; pinacotecas e outros patrimônios. Ferramentas tecnológicas e de interação podem facilitar uma abordagem interdisciplinar. O acesso facilitado à informação dado pelas ferramentas tecnológicas permite um ensino mais interdisciplinar e vasto. Não só nas aulas do ensino fundamental e médio regular, mas também em outras modalidades.

Segundo Okada e Santos (2003) para que a interdisciplinaridade seja aplicada dentro do ensino EaD, é necessário um esforço de vários especialistas e competências na criação e uso dos materiais e conteúdos.

Consideramos então, assim como Okada e Santos (2003) que a modalidade EaD necessita de um currículo e um planejamento específicos e que estes tenham sua elaboração voltada para uma aplicação interdisciplinar. Assim, é possível um processo de aprendizagem mais integrado.

Muito se fala sobre a interdisciplinarização do currículo e os benefícios dessa ação. Mas faz-se importante entender o que é interdisciplinaridade e como ela age no currículo escolar.

A Interdisciplinaridade vem sendo objeto de intensos estudos há cerca de três décadas na Europa, sendo que seus estudos têm sido intensificados no século XX (AIRES, 2011).

Olga Pombo (2008) alerta que falar em interdisciplinaridade exige um compromisso na própria compreensão do termo. Segundo a autora, o termo Interdisciplinaridade foi tão utilizado sem o devido compromisso que sofreu um desgaste de sentido. Não é possível aplicar um currículo interdisciplinar sem saber devidamente como se faz isso. E mesmo que não se saiba o que realmente é interdisciplinaridade, saber o que não é, já faz muita diferença.

A simples presença física (ou virtual) de várias pessoas em torno de uma mesma questão, criaria automaticamente um real confronto de



perspectivas, um discurso mais rico porque, diz-se, mais interdisciplinar (POMBO, 2008 p. 11).

Para compreender melhor sobre a interdisciplinaridade, é interessante entender o que se espera da aplicação da mesma.

A interdisciplinaridade é um processo que precisa ser vivido, reclama atitude interdisciplinar que se caracteriza por ousadia de busca, de pesquisa; transforma a insegurança num exercício de pensar, de construir; respeita o modo de ser de cada um e o caminho que cada um empreende na busca de autonomia; exige a elaboração de um projeto inicial que seja claro e coerente para que as pessoas sintam o desejo de fazer parte dele; pode ser aprendida e ensinada o que pressupõe o fato de perceber-se interdisciplinar (GATTÁS e FUREGATO, 2006 p.324).

O que se espera de um ensino interdisciplinar é que o educando possa criar uma compreensão integral (e não geral, ou generalizada) do todo. Segundo Frigotto (2008), a interdisciplinaridade não é uma técnica de ensino pura e simplesmente, para agregar as aulas. Ao contrário disso, a interdisciplinaridade deve ser um modelo de ensino que englobe todo o ambiente escolar e vire um sistema educacional que tenha como resultado a produção independente e orgânica do conhecimento.

Juanez Aires (2011) considera em seu artigo dois diferentes termos: Integração curricular e Interdisciplinaridade. Segundo o autor, existe uma confusão quanto a esses dois termos. Para o autor, falar de integração curricular e falar de interdisciplinaridade não é a mesma coisa.

Consideramos que existem divergências de concepções, tanto para o termo Interdisciplinaridade quanto para Integração Curricular. No entanto, a principal razão para que estes dois termos não possam ser considerados sinônimos, no nosso entendimento, diz respeito aos campos de estudo a que estão relacionados. Ou seja, a Interdisciplinaridade parece estar mais relacionada com a epistemologia das disciplinas científicas, com o ensino superior e a pesquisa, enquanto que a Integração Curricular parece estar mais relacionada com a epistemologia das disciplinas escolares, com o ensino médio e fundamental. (AIRES, 2011, p.225)



Através das considerações de Aires (2011) é possível compreender que Interdisciplinaridade e integração curricular não são sinônimos devido a uma característica importante: O campo de estudo ao qual se aplica.

Quando falamos em Integração curricular, nos referimos a uma integração do conhecimento escolar. E isso é feito já na construção do currículo, de forma que o aprendizado seja construído com questões próximas e significativas para os alunos. “E é justamente pelo fato de a Integração Curricular estar relacionada com as problemáticas reais do cotidiano do aluno que consideramos ser esta a principal característica que a distingue da Interdisciplinaridade” (AIRES, 2011 p.227).

No caso da interdisciplinaridade, o campo de estudo no qual ela se aplica é o ensino universitário. “Já a Interdisciplinaridade, que não considera os centros de interesse, está mais relacionada com o ensino universitário e a pesquisa, logo, com as disciplinas científicas” (AIRES, 2011 p.227).

Considerando suas diferenças, podemos concluir então que a Interdisciplinaridade, que se aplica no ensino universitário, atua na concepção de interação dos saberes a partir da visão de totalidade do conhecimento. E a Integração Curricular atua na integração do conhecimento escolar onde o conhecimento é produzido com elementos palpáveis e familiares aos educandos.

Considerações finais

Quando falamos em urgência no ensino básico e nos problemas a serem resolvidos, pensamos quase que de imediato na produção do conhecimento de maneira orgânica e independente. A Interdisciplinaridade e a Integração Curricular são modelos de ensino que oferecem essa solução para um problema tão persistente.

O problema é que a falta de conhecimento e confusão desses termos não permite que os mesmos tenham a devida aplicabilidade. Quando Olga Pombo (2008) fala sobre o desgaste do termo Interdisciplinaridade e Juanez Aires (2011) sobre a confusão dos termos Integração Curricular e Interdisciplinaridade, eles demonstram a importância do entendimento dos termos para que a aplicação deles ocorra e seja efetiva.



O aluno do ensino básico que não desenvolver um pensamento crítico integral e independente, apenas fará a reprodução automática de conteúdo. O que o fará recolher conteúdo e descartá-lo com facilidade. A proposta de currículo integrado, tem como objetivo tornar o conteúdo abordado compreendido através da proximidade tanto entre as disciplinas quanto entre a realidade dos alunos, e não absorvido e reproduzido mecanicamente.

Contudo, essa integração será possível se os próprios docentes tiverem a ideal compreensão sobre Interdisciplinaridade e Integração Curricular. Segundo Okada e Santos (2003) o ensino EaD precisa de uma atuação mais interdisciplinar e para isso o processo todo de elaboração e aplicação deve ser planejado por diferentes especialistas e com o foco no aprendizado integrado.

Entretanto, olhando para os números apresentados (FERREIRA, 2020) vemos que há uma grande deficiência, exacerbada no contexto da pandemia, de acesso às tecnologias e internet para alunos da educação básica, sobretudo nas redes públicas de ensino. Vemos que a pandemia aprofundou as diferenças entre estudantes mais ricos e mais pobres, em parte devido à dificuldade de acesso ao ensino remoto.

Consideramos, assim, que a experiência de ensino remoto no contexto emergencial demonstrou que se parte dos alunos não possuírem acesso pleno ao conteúdo ou mesmo à plataforma, seja por problemas de acesso à internet ou a um dispositivo adequado, não há como ter nem mesmo o básico que essa modalidade oferece que é o acesso à distância.

A necessidade do ensino remoto emergencial poderia ter sido indutora de modelos interdisciplinares, integrados. Entretanto, dificuldades básicas impediram que isso fosse realidade, principalmente nas redes públicas de ensino e nas camadas mais pobres da população, justamente a que mais necessita de tais incentivos.

A pandemia expôs a necessidade de uma preocupação com essa modalidade de ensino que pode ser promissora na educação básica, com a interdisciplinaridade e projetos integradores. O que vemos são alunos com acesso limitado, professores sobrecarregados e falta de recursos suficientes por todas as partes. Sem um planejamento que possa suprir as necessidades básicas que um ensino remoto exige para ser efetivo, não podemos pensar em interdisciplinaridade dentro deste contexto.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



Referências

AIRES, Integração Curricular e Interdisciplinaridade: sinônimos? **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 215-230, jan./abr., 2011.

BORGES, Felipe Augusto Fernandes. A EaD no Brasil e o Processo de Democratização do Acesso ao Ensino Superior: Diálogos Possíveis. **EaD em Foco**. Revista Científica em Educação à Distância. V.5, N°3, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. Legislação, Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/sef/fundef/Ftp/leg/lein9394.doc> acesso em: 29/03/2021.

COSTA, M. L. F. Educação a distância no Brasil: perspectiva histórica. In: M. L. F. Costa & R. M. Zanatta (Orgs.). **Educação a Distância no Brasil**: aspectos históricos, legais, políticos e metodológicos. Maringá: Eduem, 2008.

COSTA, M. L. F. História e políticas públicas para o ensino superior a distância no Brasil: o programa Universidade Aberta do Brasil em questão. **HISTEDBR On-line**, 12(45), 2012, 281-295. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/45/art18_45.pdf



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



COSTA, M. L. F. O sistema Universidade Aberta do Brasil: democratização e interiorização do ensino superior. In: Costa, M. L. F. (Org.). **Introdução à educação a distância**. Maringá: Eduem, 2009.

FERREIRA, Paula. MEC complementarará pacote de dados e distribuirá chips com internet para estudantes da rede federal. **O Globo**. Brasília. 17 de agosto de 2020. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/sociedade/mec-complementara-pacote-de-dados-distribuir-chips-com-internet-para-estudantes-da-rede-federal-24590614> >.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Interdisciplinaridade como Necessidade e como Problema nas Ciências Sociais. **Revista do Centro de Educação e Letras**. UNIOESTE Campus FOZ DO IGUAÇU. v. 10 – no 1 - p. 41.62. 2008.

GARCIA, T. C. M.; MORAIS, I. R. D.; ZAROS, L. G. RÊGO, M. C. F. D. **Ensino Remoto Emergencial**: orientações básicas para a elaboração do plano de aula. Natal: SEDIS/UFRN, 2020.

GATTÁS, Maria Lúcia Borges. FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. Interdisciplinaridade: uma contextualização. **Acta Paul Enferm** 19(3):322-7, 2006.

POMBO, Olga. Epistemologia da Interdisciplinaridade. **Revista do Centro de Educação e Letras**. UNIOESTE Campus FOZ DO IGUAÇU. v. 10 – no 1 - p. 09.40. 2008.

RONDINI, C. A., PEDRO, K. M., & DUARTE, C. dos S. Pandemia do Covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na práxis docente. **EDUCAÇÃO**, 10(1), 41–57. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v10n1p41-57>

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: Uma introdução às teorias do currículo. 3.ed. 1 reimp. Autêntica. Belo Horizonte, 2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
CURSO DE PEDAGOGIA

XX SEMANA DE EDUCAÇÃO

“Resistir e Humanizar: por uma pedagogia emancipadora”

04 a 06 de novembro de 2021



VIANNEY, J. **A universidade virtual no Brasil**: o ensino superior a distância no país. Tubarão: Unisul. 2003.